

**ESCRITOS ANTROPOHISTORIOGRAFICOS  
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PIAUIENSE**

Salânia Maria Barbosa Melo

Professora de História, especialista em história moderna e contemporânea – PUC-MG, mestranda em educação – UFPI-PI. Membro do Núcleo de Pesquisa de Educação, História e Sociedade/UFPI. e-mail: salania@bol.com.br.

Roberto Kennedy Gomes Franco

Professor de História – Graduado pela Universidade Federal do Ceará e Mestrando em Ciências da Educação pela UFPI – Universidade Federal do Piauí. . Membro do Núcleo de Pesquisa de Educação, História e Sociedade/UFPI E-mail: francorkg@bol.com.br

A aproximação dos campos história e educação encontram-se perpassadas pelo avanço que a pesquisa histórica elaborou em sua proposta de atuação, fazendo da abordagem epistemológica apontada pela História Cultural uma das alternativas de análises interpretativas do real. É a interseção destes campos o local que pretendemos situar esta pesquisa. Nosso estudo, objetiva a elaboração de uma descrição que caracterize o percurso histórico que orientou o Ensino Público no Piauí no período de 1930/60. Temos por base teórica e reflexiva uma perspectiva antropológica<sup>1</sup>, alimentada pelas fecundas produções de autores como E.P. Thompson (1981); (2001), Geertz (1989), Chartier (1990), Ginsburg (1987), entre outros.

Aliado a esta discussão e por ela proposta assistiu-se a uma multiplicidade de fontes, de vestígios que ampliam o leque de entendimento do humano. São Elementos que orientados pelas perguntas e sensibilidade do pesquisador põem em foco evidências e vestígios que viabilizem um uma interpretação diversa, sobre um mesmo fenômeno, o que enriquece em muito o ofício de historiadores que além do cruzamento de fontes, associam também perspectivas teóricas e metodológicas.

O resgate destas memórias, metodologicamente são norteados pelo recurso da oralidade<sup>2</sup> como fonte e de sua interlocução com fontes diversas como Estatísticas do IBGE, Jornais, Mensagens Governamentais, Livros Didáticos, Leis, Decretos, entre outros.

O mergulho na história local contribui para um deslocamento teórico-metodológico, possibilitando esclarecimentos da multiplicidade não apenas da História da Educação Piauiense, mas dos sentidos ideológicos do projeto civilizador nacional, onde a circulação de serviços como os de Educação, Estradas e Comércio, constroem um novo habitus<sup>3</sup> à cultura local da população. Os escritos antropológicos destas memórias retratam o cotidiano da

---

<sup>1</sup> Entenda-se aqui o termo antropológica uma abordagem epistemológica que concomitantemente, tenha a utilização na pesquisa, de recursos de ambos os campos, ou seja, do campo da pesquisa histórica e do campo da pesquisa antropológica.

<sup>2</sup> Tais proposições metodológicas da Oralidade como fonte são referendadas por autores como Paul Thompson (1992), Ecléa Bosí (1994), Antônio Torres Montenegro (1992), dentre muito outros, que fazem da técnica oral um recurso essencial.

<sup>3</sup> O conceito de *Habitus*, aqui utilizado como Bourdieu formula: “... sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isso é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem o produto da ação organizadora de um regente”.

cultura escolar, possibilitando esclarecimentos desta multiplicidade Historiográfica educacional Piauiense/Brasileira, recheado de um capital simbólico de valor precioso.

Embalado pelas reflexões do Campo da História da Educação, faz-se uma viagem ao tempo passado em que – **Rememorando** – possamos tecer a história de vida do povo piauiense. A historiografia do processo de Instalação da Educação Pública (Educação Normal e Primário) é um elemento chave para desvelarmos, pelas raízes e memórias as experiências que germinaram o Campo da História da Educação Piauiense.

O resgate historiográfico destas reminiscências podem sugerir uma interpretação, uma leitura destes tempos, pois com certeza as experiências históricas do passado é que germinaram o tempo presente no Piauí, sem esta memória, prolongamento do passado, o entendimento desta trajetória historiográfica torna-se incompreensível. Tudo isso fruto de uma historiografia regional que tem a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social, das partes com o todo. Amado (1990, p.12, 13), neste sentido, acrescenta que:

... o estudo regional oferece nova óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais de História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.

Claramente percebe-se os diferentes caminhos do torna-se professor, o que denota o grau de complexidade da prática docente, o que delineia, portanto a necessidade concreta de uma discussão mais refinada acerca do papel dos docentes e dos sentidos de seus trabalhos em sala de aula, com os alunos, com a cultura local.

A oferta do serviço de ensino, se olhada de forma retrospectiva ao longo do desenrolar histórico brasileiro, piauiense, foram frutos de um desfecho de investimentos, reivindicações e políticas públicas que buscavam introduzir junto a população uma educação, uma cultura letrada e coadunada à nova ordem econômica social e política do Brasil e do Piauí.

ARANHA(1989, p.245), a este respeito diz o seguinte:

...em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, encabeçado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. O documento considera dever do Estado tornar a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga. Tal ação deve também ser ampla, mediante um programa de âmbito nacional.

Este documento, entre outras ações, como por exemplo a criação em 1930 da Ministério da Educação e Saúde, detonam um amplo movimento que culminou em um novo paradigma no processo de direcionar a estrutura e o ensino no Brasil e no Piauí, RIBEIRO (2001, p, 145), a respeito, afirma que:

Um significativo avanço é constatado através da tomada de medidas que visaram concretizar o princípio de ser traçada uma política educacional de âmbito nacional, princípio este grandemente defendido desde a década de 20 pelo grupo que pregava a organização educacional.

Isto ocorreu, em primeiro lugar, através da criação de uma série de órgãos, como o Instituto Nacional de Estudos pedagógicos (INEP, 1938), Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1939), Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937). Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 1942). Serviço Nacional de Pesquisa (CNPq, 1951), Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 1951), Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES, 1954), Centro Brasileiro de Pesquisas educacionais e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (1955), além de muitos outros de caráter suplementar e provisório, de iniciativa oficial ou particular.

Por este momento, entre as décadas de 1930 a 1960, o Estado do Piauí desfrutava em sua história de uma posição sócio-econômica progressista, concentrando comércios, agricultura, pecuária, indústrias e escolas, serviços que atendiam a um enorme contingente populacional das mais diversas municipalidades, ARANHA(1989, p.244), acerca destes centros urbanos, comenta:

A partir da década de 30 a educação alcança níveis de atenção nunca antes atingidos, quer pelos movimentos dos educadores, quer pelas iniciativas governamentais, ou pelos resultados concretos. Segundo Fernando de Azevedo, de 1930 a 1940 dá-se um desenvolvimento do ensino primário e secundário que jamais se registrara até então no país. De 1936 a 1951 as escolas primárias dobraram e as secundárias quase quadruplicaram, em número, ainda que tal desenvolvimento não seja homogêneo, tendo **(se concentrado nas regiões urbanas dos estados mais desenvolvidos.) [grifo meu]**

Todo este movimento reordena o fazer educacional, novas demandas são postas em cena, e neste processo temos também a regulamentação da carreira do magistério, da docência no magistério, fato este que inauguraria uma nova configuração para a Educação Normal e Primária. Considerando a década 1930, década da “democratização” proposta pela Reforma do Ensino, a historiografia educacional pública piauiense, insere-se no cenário de instituição da Ensino Pública no Brasil.

À medida que a nação dar seus passos rumo ao processo de industrialização, rompendo assim com o modelo agrário, vai então estabelecer um novo paradigma, tem-se então uma necessidade vital de “qualificação” específica de mão-de-obra, o divisor de águas, o marco deste momento seria a década de 1930, onde a experiência cafeeira asfixiada no cenário internacional pela grande depressão econômica que ao criar um refluxo na ordem econômica, coloca na pauta do dia a necessidade de investimentos em ramos diversificados que viabilizassem a restauração econômico-social. ARANHA(1989, p.245), a este respeito diz o seguinte:

É possível compreender tais mudanças a partir da análise do contexto social econômico a que nos referimos no início. Com a crise do modelo agrário exportador e o delineamento do novo modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, passa a ser exigida melhor escolarização.

As falas governamentais dos gestores piauienses, por esta época também sinalizavam suas preocupações com o ensino. Em 1929 fazendo um balanço dos seus quatro anos de governo, o então governador Mathias Olimpio de Mello, ao refletir sobre a situação geral da instrução popular no Piauí; diz que:

“Não se explicava, certamente, que permanecêssemos, como até 1924, com uma matrícula primária, em todo o Estado, de, mais ou menos, quatro mil crianças – percentagem diminuta sobre o total da população infantil em educação escolar, - apenas pela deficiência material dos meios, resumida, essencialmente, na imperfeição de docência primária”<sup>4</sup>

Este balanço de Mathias Olimpio situa-se sobre a carência e defasagem da educação primária em todo o Estado, que até então contava com uma estrutura deficiente e precária, revelando assumidamente pelas falas do próprio governador a falta de uma melhor organização e investimento no sistema institucional de ensino no Piauí, talvez este elemento tenha relação com o refluxo econômico e necessidade de alternativas pelo qual passa o país e o mundo naqueles anos.

O Piauí neste momento também foi afetado pela asfixiante crise mundial e era necessário construir-se saídas. A preocupação com estradas e escolas tornaram-se corriqueiras, a Educação de nível Normal e Primária aparecem também como uma preocupação central, principalmente no referente ao Ensino Primário Público Rural, onde a expressão maior de ensino, seriam os mestres-escolas.

Os mestres-escolas<sup>5</sup> que simbolizavam uma fase anterior às políticas públicas oficiais, em uma época onde tudo era de difícil acesso, principalmente nas regiões distantes dos povoados, fazendas e sítios, estes gradativamente foram sendo substituídos pelas professoras e professores do Governo. Todo este processo foi como já citamos lento, gradual e heterogêneo, tendo suas especificidades, variando de Região, Estado e/ou Município

Em entrevista com a professora Patrocínio Fortes, rememorando sua infância, ela nos colocou que também foi educada por um mestre-escola, relata que era mesmo difícil encontrar um disponível, dizendo que naquela época em sua região, era necessário que o mestre-escola seu professor se revezasse seis meses em uma localidade e outros seis meses em outra, para poder escolarizar as pessoas das duas localidades. Somente a partir dos anos 30 o quadro foi alterando-se, PEREIRA (1996, p. 56), assim comenta:

Só com o advento do **ensino gratuito ao alcance de todos os brasileiros**, slogan de todos os políticos demagogos quando saem pelo interior, à cata de votos, foi que o império dos **mestres de varanda** quase foi destruído. Tirando partido da prodigalidade dos politiquinhos que atiram com a pólvora do povo, cada pretensão cabo eleitoral, defendendo a algibeira, exigia, por intermédio do chefe local, quase sempre um grandíssimo e refinado poltrão, a criação de uma escola pública (municipal ou estadual), a qual invariavelmente era instalada na casa do interessado. E, como não era de se estranhar, indicava para o lugar de lente, a mulher ou a filha ou uma nora, não importando que a candidata fosse analfabeta nos **quatro queros e fresura**, contanto que fosse gente da **panelinha**.

---

<sup>4</sup> PIAUHY, Governador (Mathias Olimpio de Mello). Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí, em 1928, pelo Governador, Exmo. Sr. Mathias Olimpio de Mello. Teresina, Imprensa Oficial.

Estes elementos citados acima, no Nordeste brasileiro são constantes, o **clientelismo** e o **paternalismo**, foram e ainda hoje são muito fortes muitas vezes **ser eleitor** ou **representar um curral eleitoral** que aglutinasse um número razoável de **eleitores** significa **poder**.

Segundo alguns relatos, o grau de instrução tornava-se um complemento “**descartável**”, cada **político vereador, deputado ou cabo eleitoral** procurava junto ao **poder público**, com suas **prioridades eleitoreiras**, ratear entre si as vagas, dependendo do espaço geográfico e/ou político de influência, relegando a um segundo plano em nome das prioridades da politicagem o aspecto didático e pedagógico do processo de ensino/aprendizagem até mesmo a distribuição de séries, lotação da escola onde se irá dar aula, disciplinas de área afim, entre outros aspectos, são definidos por esta via. É a política do favor e da dependência politiqueria, este aspectos podem plenamente serem verificados nas reminiscências dos professores entrevistados ao longo da pesquisa.

Este é o cenário histórico que abriria caminho no Estado do Piauí para a instalação das escolas pública primária rurais e estruturação do Ensino Normal entre os anos de 1930 à 1960, a educação normal reestruturada, visava a superação destes problemas. Com uma Educação Pública regida por conteúdos direcionados às novas necessidades produtivas, pensava-se que talvez se observassem mudanças, e até mesmo o controle das matrículas aumentariam. A isso provavelmente referia-se o então governador Mathias Olímpio de Mello (1924-1928) em Mensagem Governamental de 1929:

O objetivo, alto e patriótico, da educação primária é outro: procura preparar futuros cidadãos, capazes de, por suas letras, entrar, com vantagem, nas lutas pela vida.

Não é, nem será nunca, essa brevíssima noção elementar das coisas, dada, por assim dizer, num curso de velocidade vertiginosa, que capacitará alguém a competir e vencer, no struggle-for-life diário.(p.39)<sup>6</sup>

Este preparo “alto” e “patriótico” que possibilitasse aos sujeitos “entrar, com vantagem, nas lutas pela vida”, trazem claramente a necessidade de uma formação de elementos aptos à nova ordem social, que mediados por esta instrução básica primária, preparados como “futuros cidadãos” que ao estarem capacitados, preparam-se para a vida. Este cenário incipiente à demanda populacional em fase de escolarização no Piauí é também relatado pelo Governador do Estado em 1930, o Dr. João de Deus Pires Leal (1928-1930), em Mensagem Governamental:

... A instrução pública primária é actualmente ministrada no Estado em 20 grupos escolares, incluída nesse número a escola Modelo da capital, e 82 escolas isoladas.<sup>7</sup>

Envergadura tímida em dimensão as reais necessidades do Estado, o que desvela a carência e a acentuada preocupação com a expansão da oferta de ensino por todo o Piauí. O florescimento do Ensino Público no cenário piauiense, deve-se em parte também às idéias políticas pedagógicas em voga, onde embalados pelo escolanovismo, a

---

<sup>5</sup> Os mestres-escolas, eram professores “leigos”, que eram contratados pelos chefes de família, tendo em vista a ausência de uma política pública educacional, para iniciarem à população na escrita, leitura e contas.

<sup>6</sup> PIAUHY, Governador (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauhy, em 1928, pelo Governador, Exmo Sr. Mathias Olympio de Mello. Teresina, Imprensa Oficial.

<sup>7</sup> PIAUHY, Governador (João de Deus Pires Leal). Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauhy a 1ª de junho de 1930, pelo Governador, Exmo Sr. Dr. João de Deus Pires Leal.. Teresina, Imprensa Oficial.

profissão docente teoricamente sofre uma cisão interna em seu estruturar-se, adquirindo uma outra roupagem, adaptando-se à nova ordem econômica nacional e mundial.

Segundo BRITO (1996, p.95) este processo teve suas bases elaboradas na gestão de Lourenço Filho, então Diretor e desenvolvido por Murilo Braga, onde temos entre os anos de 1946/49 a assinatura de convênios destinados à construção de 230 escolas rurais primárias, política esta de expansão do ensino rural piauiense, BRITO (1996, p. 92) comenta que:

O governo do Piauí empenhou-se seriamente, no período de 1933 a 1937, na expansão da rede escolar primária, construindo novos e modernos prédios escolares em todo o Estado e ampliando consideravelmente as matrículas que no período, alcançaram um crescimento de 215%, segundo estatísticas oficiais.

Este fato colocou o ensino primário no Piauí em destaque, tendo o Estado alcançado, segundo informação insuspeita do professor Lourenço Filho, o 1º lugar no contexto nacional o que lhe valeu receber como laurel uma bandeira do Brasil oferecida pelo Presidente da República e que integra o acervo do Museu Histórico.

Tal processo de surgimento de escolas primárias rurais parece estar em conformidade com o pensamento de época acerca da reforma do ensino rural no Brasil e no Estado do Piauí. Em a Crise Brasileira de Educação, MENNUCI (1934, p. 188), afirma:

... Entendo que é indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros de professores inteiramente distintos, exercendo funções perfeitamente diferentes e apesar de tudo complementares. Temos de separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea. É mister diferenciá-los quanto à sua orientação e ao seu alcance, cindindo-os para que produzam três mentalidades absolutamente diversas e que, no entanto, reciprocamente se completem para o equilíbrio social do organismo nacional. Em última análise, temos de criar, com características próprias e intrínsecas o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar. E criá-los sem que um inveje a sorte do outro e se julgue em plano inferior na escala social.

O benefício da chegada de novas fórmulas de ensino, com certeza constituiu uma nova cultura no tecido social, uma dinâmica repleta de detalhes e mais detalhes, aos quais pouco a pouco com o avançar da pesquisa vai revelando e viabilizando pontuar-se claramente a emergência no Piauí da oferta de serviços como os de Educação para sua população.

A História da Educação Pública Piauiense vive nas memórias dos professores e professoras do curso Normal e Primárias rurais, sujeitos que dia a dia debateram-se com as adversidades, angústias e vitórias do processo ensino-aprendizagem. Eles enfrentaram desafios em seus contextos específicos que, para muitos, nem mesmo preparados estavam, tendo em vista esta experiência coletiva que se fez e se refez.

Esta dinâmica, por conseguinte, não pode ser vista como reflexo puro e simples do Projeto Estadual e/ou Nacional, mas parte constitutiva e institucionalizada simbolicamente através de um habitus, impregnada de uma base material histórica específica à cultura local, que exige a cada instante respostas aos estímulos diversos que este novo

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

fazer coloca e que os sujeitos nele inseridos e em suas trajetórias de vida, a eles agem e reagem, sejam estes aspectos mediados pelas relações sociais, políticas, econômica, culturais, psicológicas, entre outras.

*Referências Bibliográficas e Fontes*

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: **República em migalhas: história regional e local**. Coordenação de Marcos A. da Silva. Editora Marco Zero, São Paulo, 19901.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BRAGA, Eramos. **Leitura IV: para o 4º ano escolar**. 93ª Edição: Edições Melhoramentos, São Paulo, 1949.

BRITO, Itamar Sousa. **História da educação do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1 ed., 1996.

MENNUCCI, Sud. Crise brasileira de Educação. 2ª edição: editora Piratininga, São Paulo, 1934.

PEREIRA, Antônio Sampaio,. **Velhas escolas: grandes mestres**. Teresina, COMEPI, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17ª ed. rev. Ampl. Campinas, S.P: Autores Associados, 2001.